



Lambda III Energia S.A.
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

RT 768/2025

Lambda III Energia S.A.

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	4
Demonstração de resultados do exercício	5
Demonstração dos resultados abrangentes.....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos
Acionistas, Administradores e Diretores da
Lambda III Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Lambda III Energia S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Lambda III Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração da Companhia a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração da Companhia, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2025

RSM ACAL AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC - RJ – 4080/O-9



Cláudio Silva Foch

Contador – CRC-RJ – 102.455/O-4

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	14
Outros créditos		54	55
Partes Relacionadas	8	10.248	-
		10.320	69
Não circulante			
Investimentos	5	1.344	35.621
		1.344	35.621
Total do ativo		11.664	35.690

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	6	-	54.063
Outras obrigações	7	3	-
Partes Relacionadas	8	4.997	-
Total do passivo		5.000	54.063
Patrimônio líquido	9		
Capital social		11.056	9.664
Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		12.739	475
Reservas de capital		45.072	32.543
Ajuste de avaliação patrimonial	9	(18.456)	(21.148)
Prejuízos acumulados		(43.747)	(39.908)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		6.664	(18.374)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		11.664	35.689

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Despesas administrativas e gerais	10	(170)	1
Equivalência patrimonial	5	917	(136)
		747	(135)
Receitas financeiras	11	-	1
Despesas financeiras	11	(4.585)	(9.177)
Resultado financeiro		(4.585)	(9.176)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.838)	(9.311)
Imposto de renda e contribuição social			-
Prejuízo do exercício		(3.838)	(9.311)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em Milhares de reais

	2024	2023
Prejuízo do exercício	(3.838)	(9.311)
Outros resultados abrangentes	2.691	735
Resultado abrangente total	(1.147)	(8.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em Milhares de Reais

	Capital social	AFAC	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.664	-	32.543	(23.027)	(30.598)	(11.418)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	475	-	-	-	475
Mudança de participação no investimento	-	-	-	1.880	-	1.880
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(9.311)	(9.311)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.664	475	32.543	(21.147)	(39.909)	(18.374)
Aumento de Capital	1.392	-	12.529	-	-	13.921
Integralização de AFAC		(475)				(475)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	12.739	-	-	-	12.739
Mudança de participação no investimento	-	-	-	2.691	-	2.691
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.838)	(3.838)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.056	12.739	45.072	(18.456)	(43.747)	6.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(3.838)	(9.311)
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	917	(136)
Encargos financeiros sobre debêntures		8.543
Amortização de custo de captação	-	17
	(2.921)	(887)
(Aumento) redução nos ativos		
Outros créditos	1	(6)
Redução na participação MEGA3	-	2.619
Aumento (redução) nos passivos		
Outras contas a pagar	3	-
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	(2.917)	1.726
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Venda de ações MEGA3	37.887	(2.619)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	37.887	(2.619)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	4.916
Mútuos enviados - empréstimos a pessoas ligadas	(10.247)	-
Mútuos recebidos - empréstimos a pessoas ligadas	4.997	-
Aumento de capital social	1.392	-
Aumento de reserva de capital	12.529	-
Pagamento de principal	(55.900)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.264	475
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(34.965)	5.391
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	4	4.498
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14	4.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18	14
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	4	4.498

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lambda III Energia S.A. (“Lambda III” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte, na Avenida Barbacena, nº. 472, 4º. Andar.

Fundada em 19 de junho de 2019, a Lambda III tem por objeto social: (a) participação e desenvolvimento, diretamente ou por meio de joint venture (parceria), consórcio ou qualquer outra sociedade em cujo capital social a Companhia tenha participação, de ativos de energia renovável, incluindo, mas não se limitando a, pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e parques eólicos (CGE); (b) participação em outras sociedades; (comercialização de energia elétrica, bem como a prática de atividades acessórias à comercialização de energia; e (d) atividades acessórias necessárias ao cumprimento do objeto social da Companhia.

1.1 Continuidade Operacional

Os ativos são representados substancialmente por investimentos patrimoniais em empresa listada na Bolsa de Valores de São Paulo e possuem liquidez sujeita aos volumes de negociação e flutuação de preços no mercado. A Companhia pode apresentar Patrimônio Líquido negativo (passivo a descoberto) em virtude de prejuízos acumulados e ajustes de avaliação patrimonial. A continuidade da Companhia e sua capacidade de honrar seus passivos está relacionada à capacidade de seus acionistas em aportarem recursos financeiros para fazer frente a essas obrigações. Caso não haja a fruição de recursos dos sócios, a Companhia pode ser obrigada a transferir essas ações alienadas aos seus credores.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia. O principal investimento da Companhia é na Serena Energia S.A. (antiga Omega Energia) cujos projetos de desenvolvimento de energia eólica no Brasil e nos EUA entraram em fase de operação comercial. A cada trimestre os resultados vem apresentando forte geração de caixa (EBITDA) e redução importante do nível de alavancagem. Esse comportamento tem levado as principais casas de análise de ações listadas a recomendar a compra da SRNA3 em função do grande potencial de valorização no curto e médio prazo. Desta forma a tendência é de valorização dos investimentos realizados facilitando a liquidação dos compromissos estabelecidos nos instrumentos financeiros.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Os eventos subsequentes foram avaliados até 15 de setembro de 2025 data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera (“moeda funcional”), que no caso da Lambda III é o real

("BRL" ou "R\$"). Para fins de apresentação, as demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ mil.

2.4 Investimentos

A Companhia possui o investimento na coligada conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Localização das operações	Atividade	% Participação total	
			2024	2023
Serena Energia S.A.	São Paulo – SP	Geração de energia elétrica	0,000039%	0,68%

2.5 Principais políticas contábeis

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

2.7 Novas normas e interpretações contábeis

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados e/ou emitidos estão demonstrados a seguir:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 - Ativo Imobilizado:** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37/CPC25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:**
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote

o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41/CPC 29 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

As alterações que entraram em vigor em 1 de janeiro de 2022 acima descritas não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras consolidadas. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Omega Energia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio.

A estratégia de gestão de riscos da Companhia objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos.

São mapeados riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes o risco de mercado, relacionado aos preços de mercado dos investimentos em instrumentos patrimoniais e cotados na bolsa de valores de São Paulo (B3), além da exposição à variação das taxas de juros pré e/ou pós-fixadas. Além disso, há o risco de liquidez, relacionada à capacidade da Companhia em liquidar seus passivos financeiros.

3.1 Risco de mercado

O risco relacionado à variação dos investimentos em instrumentos patrimoniais, representado pelas ações ON da Serena Energia ("SRNA3"), que são cotados na bolsa de valores de São Paulo (B3) que estão sujeitos à flutuação de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia tem exposição relacionada às cédulas de crédito bancário e Notas Comerciais emitidas com taxas de juros pré e/ou pós-fixadas relacionadas ao Certificado de Depósitos Interbancários – CDI ou inflação (IPCA). A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Parcela das ações mantidas para negociação constituem garantia das debentures emitidas e uma oscilação negativa abrupta de seus preços podem expor a Companhia ao risco de inadimplência de suas debentures.

3.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações contratuais nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa na operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas às operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	2024	2023
Bancos – Conta corrente	18	14
	18	14

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Operações Compromissadas, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

5. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia possui investimento na coligada Serena Energia S.A. sendo que nas demonstrações financeiras esse investimento é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras são elaboradas na mesma data base da coligada, adotando-se políticas contábeis consistentes.

A Lambda III, em 31 de dezembro de 2023, detinha 4.209.654 ações ordinárias da Serena Energia S.A. (SRNA3, representativas de 0,68% do capital da Serena e é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

A Lambda III, em 16 de abril de 2024 realizou a transferência de 2.209.409 ações SRNA3 para o Serena I – Fundo Financeiro de Investimento em Ações (antigo ARC I Fundo Financeiro de Investimento em Ações), em dação em pagamento, no valor de R\$ 37. 884.681,00 para liquidação de Notas Comerciais detidos pelo fundo ARC I.

Em 31 de dezembro de 2024 a Lambda III detinha 245 ações ordinárias da Serena Energia S.A (SRNA3), representativas de 0,0000394% do capital da Serena e é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

A Serena Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto cujas ações de emissão são negociadas na B3 no segmento de governança corporativa Novo Mercado. Abaixo apresentamos a movimentação do investimento:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	38.376
Equivalência patrimonial	(136)
Mudança de participação de investimentos – Serena Energia	(2.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	35.621
Equivalência patrimonial	917
Mudança de participação de investimentos – Serena Energia	(35.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.344

6. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Prática contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

As partes celebraram em 30/12/2020 a Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito – Capital de Giro nº 250017227 (“Cédula”) que tem por objeto a concessão de crédito certo e determinado, pela Companhia ao Banco Alfa de Investimentos S.a. no valor de R\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), com vencimento originalmente pactuado para 03/07/2023, devidamente aditado em 18/03/2022 e 03/07/2023, com saldo devedor de principal em 01/02/2024 de R\$50.000.000,00 ((Cinquenta milhões de reais), com garantia em ações ordinárias da MEGA3. A CCB do Banco Alfa foi liquidada com pagamentos em 03/01/2024 e em 15/03/2024.

Em 31/12/2024 a Companhia não apresentava nenhum instrumento financeiro ativo.

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	2024	2023
Serviços	3	-
Total	3	-

8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia era controlada pelo fundo PSI Fundo de Investimento em Participações e possuía os seguintes contratos de mútuos com partes relacionadas.

8.1 Partes relacionadas a receber

Credor	Devedor	Data	2024	2023
Lambda III	Lambda II	15/03/24	10.248	-
			10.248	-

8.2 Partes relacionadas a pagar

Credor	Devedor	Data	2024	2023
Testa Branca II	Lambda III	08/02/24	3.000	-
Testa Branca II	Lambda III	08/02/24	39	-
Lambda	Lambda III	16/04/24	1.905	-
Lambda	Lambda III	16/05/24	30	-
Testa Branca II	Lambda III	16/08/24	14	-
Testa Branca II	Lambda III	02/09/24	9	-
			4.997	-

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

De acordo com o a Lei 6404 em na Seção II, art. 14, parágrafo único “O preço de emissão das ações sem valor nominal será fixado, na constituição da companhia, pelos fundadores, e no aumento de capital, pela assembleia geral ou pelo conselho de administração (artigos 166 e 170, § 2º).” Desta forma há previsão legal para destinar livremente recursos provenientes de aumento de capital sem valor nominal de acordo com a determinação da assembleia geral.

Para companhias cujo propósito é captar recursos financeiros e devolvê-los oportunamente aos acionistas o resgate diretamente da reserva de capital é conveniente uma vez que dispensa ritos morosos no momento do resgate caso os recursos estivessem no capital social, uma vez que em vez de resgate, teríamos a redução de capital.

Desta forma, desde a fundação da Companhia as ações não tem valor nominal e os aumentos de capital são feitos destinando 10% para o capital social e 90% para reserva de capital especificados em Atas das Assembleias

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 11.056, representado por 100 ações ordinárias e 26.076.811 ações preferenciais

Em 03/01/2024 foi feita a emissão de 3.800 ações para aumento de capital, sendo integralizados R\$ 380 ao capital social da companhia e 3.420 na reserva de capital.

Em 04/01/2024 foi feita a emissão de 946 ações para aumento de capital, sendo integralizados mediante R\$ 95 ao capital social da companhia e 851 na reserva de capital

Em 02/02/2024 foi feita a emissão de 8.200 ações para aumento de capital, sendo integralizados R\$ 820 ao capital social da companhia e 7.380 à reserva de capital.

Em 15/03/2024 foi feita a emissão de 500 ações para aumento de capital, sendo integralizados R\$ 50 ao capital social da companhia e 450 à reserva de capital

Em 16/04/2024 foi realizado AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) pelo PSI Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia no valor de R\$ 12.739 na forma de 1.415.484 ações SRNA3 cotadas a R\$ 9,00 por ação, que foram dadas em pagamento para liquidação de obrigação da Lambda III Energia junto ao Serena I – Fundo de Investimentos em Ações

Em 29/07/2024 foi feita a emissão de 475 ações para regularização de adiantamento para aumento de capital, sendo integralizados R\$ 48 ao capital social da companhia e 428 à reserva de capital.

As ações do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2024 são detidas 100% pela PSI Fundo de Investimento em Participações.

A conta “Ajustes de avaliação patrimonial” com valor de (18.456) é resultado das contas “ágio e mais valia na aquisição de empresas” e “mudança de participação de empresa dentro do mesmo grupo econômico”.

AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.147.571,57
Variação na mudança de participação de empresa dentro do mesmo grupo econômico no exercício	(2.691.243,36)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	18.456.369,87

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram distribuídos dividendos aos acionistas.

10. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2024	2023
Despesa geral e administrativa	(33)	4
Serviços de consultoria	(32)	-
Outras	(105)	(5)
Total	(170)	(1)

11. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	-	1
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	-
	0	1
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.574)	(8.543)
Custo de transação	-	(633)
Outras despesas	(11)	(1)
	(4.585)	(9.177)
Resultado financeiro líquido	(4.585)	(9.176)

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas

especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

Investimentos em instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente no seu reconhecimento inicial, sendo que a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 48 e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado compreende no seu reconhecimento inicial o saldo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários. Atualmente a Companhia não trabalha com nenhum instrumento classificado nessa categoria.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Lambda III Energia S.A celebrou com o de Banco Alfa de Investimentos S.A em 30/12/2020 a Cédula de Crédito Bancário – Abertura de Crédito – Capital de Giro nº 250017227 (“Cédula”) que tem por objeto a concessão de crédito certo e determinado, pelo CREDOR ao EMITENTE, no valor de R\$50.000.000,00 (Cinquenta milhões de reais), com vencimento originalmente pactuado para 03/07/2023, devidamente aditado em 18/03/2022 e 03/07/2023. A CCB do Banco Alfa foi liquidada com pagamentos em 03/01/2024 e em 15/03/2024.

Em 31/12/2024 a Companhia não apresentava nenhum instrumento financeiro ativo.

	2024	2023	Categoria
Caixas e equivalentes de caixa	18	14	A

A – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, estejam próximos aos seus valores contábeis.

13. Eventos Subsequentes

Não houve contratação de instrumentos financeiros. Houve a integralização do AFAC de 16/04/2024 em 03/01/2025